

Edital n.º 5-A/CM/2025

Publicitação das deliberações da Câmara Municipal tomadas na Reunião Ordinária do dia 12 de novembro de 2025

Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicita as deliberações desta Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz tomadas na reunião ordinária, realizada no dia **12 de novembro de 2025**, a seguir transcritas:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aprovação de Ata de Reunião Anterior:

A ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 6 de novembro de 2025 foi aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na referida reunião, em ordem do preceituado no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo.

ORDEM DO DIA

Liga Portuguesa Contra o Cancro – Concerto Solidário Novembro Azul

Foi presente o conteúdo integral do Pedido de Apoio n.º 1-A/GP/2025, firmado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, em 7 de novembro de 2025, atinente ao pedido de apoio formulado pela Liga Portuguesa Contra o Cancro.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, no âmbito do Programa de Apoio a Atividades de Caracter Pontual, a cedência do Pavilhão Álamo do Parque de Feiras e Exposições de Reguengos de Monsaraz, bem como, diverso apoio material e logístico, para a realização do Concerto Solidário Novembro Azul, no dia 14 de novembro de 2025.

Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz – Cedência do Auditório Municipal

Foi presente o conteúdo integral do Pedido de Apoio n.º 1-A/VAF/2025, firmado pelo Senhor Vereador da Câmara Municipal António Manuel Boto Fialho, em 4 de novembro de 2025, atinente ao pedido de apoio formulado pelo Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, no âmbito do Regulamento de Utilização, Funcionamento e Cedência do Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz, para cedência deste equipamento, a fim da realização do Espetáculo Infantil para turmas do 5.º e 6.º ano, no dia 13 de fevereiro de 2026, bem como, som, luz e projeção.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de apoio formulado pelo Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, nos exatos termos aprovados e para o fim ora peticionado.

Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz – Cedência de Pavilhão Degebe

Foi presente o conteúdo integral do Pedido de Apoio n.º 2-A/VAF/2025, firmado pelo Senhor Vereador da Câmara Municipal António Manuel Boto Fialho, em 4 de novembro de 2025, atinente ao pedido formulado pela Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência do Pavilhão Degebe do Parque de Feiras e Exposições de Reguengos de Monsaraz, bem como, diverso apoio material e logístico, solicitado pela Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, para realização do Almoço de Natal dos Sócios da Freguesia de Reguengos de Monsaraz, no dia 8 de dezembro de 2025.

Conservatório Regional do Alto Alentejo – Cedência do Auditório Municipal

Foi presente o conteúdo integral do Pedido de Apoio n.º 3-A/VAF/2025, firmado pelo Senhor Vereador da Câmara Municipal António Manuel Boto Fialho, em 4 de novembro de 2025, atinente ao pedido de apoio formulado pelo Conservatório Regional do Alto Alentejo, no âmbito do Regulamento de Utilização, Funcionamento e Cedência do Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz, para cedência deste equipamento, a fim da realização do Concerto Pedagógico, no dia 12 de dezembro de 2025, bem como, som, luz e projeção.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de apoio formulado pelo Conservatório Regional do Alto Alentejo, nos exatos termos aprovados e para o fim ora peticionado.

Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz – Cedência de Pavilhão Álamo

Foi presente o conteúdo integral do Pedido de Apoio n.º 4-A/VAF/2025, firmado pelo Senhor Vereador da Câmara Municipal António Manuel Boto Fialho, em 4 de novembro de 2025, atinente ao pedido formulado pela Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência do Pavilhão Álamo do Parque de Feiras e Exposições de Reguengos de Monsaraz, bem como, diverso apoio material e logístico, para realização da Festa de Natal, no dia 7 de dezembro de 2025.

Ani+Reguengos – Cedência de Pavilhão Degebe

Foi presente o conteúdo integral do Pedido de Apoio n.º 5-A/VAF/2025, firmado pelo Senhor Vereador da Câmara Municipal António Manuel Boto Fialho, em 4 de novembro de 2025, atinente ao pedido formulado pela Ani+Reguengos.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência do Pavilhão Degebe do Parque de Feiras e Exposições de Reguengos de Monsaraz, bem como, diverso apoio material e logístico, solicitado pela Ani+Reguengos, para realização do Festival de Música, no dia 27 de dezembro de 2025.

Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz – Cedência do Auditório Municipal

Foi presente o conteúdo integral do Pedido de Apoio n.º 6-A/VAF/2025, firmado pelo Senhor Vereador da Câmara Municipal António Manuel Boto Fialho, em 7 de novembro de 2025, atinente ao pedido de

apoio formulado pela Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, no âmbito do Regulamento de Utilização, Funcionamento e Cedência do Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz, para cedência deste equipamento, a fim da realização da Festa de Natal das crianças do Ensino Básico da Freguesia de Reguengos de Monsaraz, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2025.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de apoio formulado pela Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, nos exatos termos aprovados e para o fim ora peticionado.

Designação do Responsável pelo Cumprimento Normativo

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 7-A/GP/2025, firmada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, em 5 de novembro de 2025, referente à designação do Responsável pelo Cumprimento Normativo.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Designar a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Dra. Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, como responsável pelo cumprimento normativo, a quem competirá garantir e controlar a aplicação do Programa de Cumprimento Normativo Municipal, de acordo com o preceituado no n.º 2 do artigo 5.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção; e,
- b) Determinar que qualquer designação feita anteriormente cesse nesta data.

Relatório de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Reguengos de Monsaraz

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 8-A/GP/2025, firmada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, em 5 de novembro de 2025, referente ao Relatório de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Reguengos de Monsaraz.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Reguengos de Monsaraz, o qual se anexa à Proposta n.º 8-A/GP/2025 e se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os devidos e legais efeitos.

Início do Procedimento de elaboração do Regulamento de Transmissão Áudio/Vídeo em direto e *online* das reuniões da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 9-A/GP/2025, firmada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, em 6 de novembro de 2025, referente ao início do procedimento de elaboração do Regulamento de Transmissão Áudio/Vídeo em direto e *online* das reuniões da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, desencadear o procedimento de elaboração do Regulamento de Transmissão Áudio/Vídeo em direto e *online* das reuniões de Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz; e,
- b) Aprovar a minuta de Edital em anexo à Proposta n.º 9-A/GP/2025 e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, o qual deverá ser afixado nos lugares de estilo

do concelho e publicitado na página de internet do Município de Reguengos de Monsaraz.

Início do Procedimento de elaboração do Regulamento Municipal do Terminal Rodoviário de Reguengos de Monsaraz

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 10-A/GP/2025, firmada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, em 6 de novembro de 2025, referente ao início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal do Terminal Rodoviário de Reguengos de Monsaraz.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, desencadear o procedimento de elaboração do Regulamento Municipal do Terminal Rodoviário de Reguengos de Monsaraz; e,
- b) Aprovar a minuta de Edital em anexo à Proposta n.º 10-A/GP/2025 e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, o qual deverá ser afixado nos lugares de estilo do concelho e publicitado na página de internet do Município de Reguengos de Monsaraz.

Tolerância de Ponto - Natal e Ano Novo

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 11-A/GP/2025, firmada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, em 6 de novembro de 2025, referente à tolerância de ponto, no Natal e Ano Novo.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, sendo que a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, pediu escusa, nos termos do artigo 73.º do CPA:

- a) A concessão de tolerância de ponto aos trabalhadores e colaboradores deste Município nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2025 e 2 de janeiro de 2026; e,
- b) Que os responsáveis dos respetivos serviços providenciem no sentido de serem asseguradas as tarefas/funções consideradas indispensáveis.

Admissão de pessoal por tempo indeterminado – Assistente Operacional (Mecânico) com recurso às reservas de recrutamento

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 12-A/GP/2025, firmada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, em 6 de novembro de 2025, referente à Admissão de pessoal por tempo indeterminado – Assistente Operacional (Mecânico), com recurso às reservas de recrutamento

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, recorrer à reserva interna de recrutamento para fazer face às necessidades de recursos humanos em causa para ocupação do posto de trabalho, devendo para tal ser convocado o candidato aprovado e classificado na 2.ª posição da Lista Unitária de Ordenação Final, António Manuel Louro Camelo.

Atribuição do Cartão Social do Município

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 13-A/GP/2025, firmada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, em 7 de novembro de 2025, referente à atribuição do Cartão Social do Município.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no artigo 5.º e no artigo 13.º, ambos do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Município, aprovar a atribuição/renovação do Cartão Social do Município aos 21 (vinte e um) munícipes constantes na Proposta n.º 13-A/GP/2025, por pertencerem a agregado familiar em situação de carência socioeconómica.

Ratificação do Despacho n.º 10/GP/ACS/2025 - Atribuição dos apoios previstos no Cartão Social do Município – Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 14-A/GP/2025, firmada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, em 7 de novembro de 2025, referente à ratificação do Despacho n.º 10/GP/ACS/2025 - Atribuição dos apoios previstos no Cartão Social do Município – Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres, respeitante às integrações de 2 (duas) munícipes na medida Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres prevista no n.º 2 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Município, ambos, pelo período de 6 meses, cada uma, sendo as situações reavaliadas, após o término destas bolsas de integração.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar e confirmar o Despacho n.º 10/GP/ACS/2025, de 7 de outubro de 2025, proferido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 35.º, n.º 3, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, o qual se anexa à Proposta n.º 14-A/GP/2025 e aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os devidos e legais efeitos, não tendo votado o Senhor Vereador Jorge Miguel Martins Berjano Nunes, uma vez que não se encontrava em funções no Município de Reguengos de Monsaraz, à data do Despacho em ratificação.

Apoios previstos no Cartão Social do Município - Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 15-A/GP/2025, firmada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, em 7 de novembro de 2025, referente aos apoios previstos pelo Cartão Social do Município, na medida Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a integração, nos termos do n.º 1 do artigo 23.º e do n.º 2 do artigo 24.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Município, na medida Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres, da munícipe constante na Proposta n.º 15-A/GP/2025, pelo período de 6 (seis) meses.

Ratificação do Despacho n.º 1/GP/DES/2025 – Caminhada e Corrida de Convívio Gurus – SUP – Perolivas

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 81/VP/2025, firmada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, em 2 de outubro de 2025, referente à ratificação do Despacho n.º 1/GP/DES/2025, de 2 de outubro de 2025, respeitante à Caminhada e Corrida de Convívio Gurus – SUP - Perolivas.

Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar e confirmar o Despacho n.º 1/GP/DES/2025, proferido em 2 de outubro de 2025, pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, o qual se

anexa à Proposta n.º 81/VP/2025 e aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os devidos e legais efeitos, não tendo votado o Senhor Vereador Jorge Miguel Martins Berjano Nunes, uma vez que não se encontrava em funções no Município de Reguengos de Monsaraz, à data do Despacho em ratificação.

Adjudicação e Minuta - Aquisição de Autocarros Elétricos através do Acordo Quadro 57/2022 promovido pela Central Nacional de Compras Municipais

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 1-A/VP/2025, firmada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, em 6 de novembro de 2025, atinente à adjudicação e minuta do contrato para aquisição de Autocarros Elétricos através do Acordo Quadro 57/2022 promovido pela Central Nacional de Compras Municipais.

Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Adjudicar à empresa “Oceântia, Lda.” a “Aquisição de dois autocarros elétricos” pelo valor de € € 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; e,
- b) Aprovar a minuta do contrato a celebrar entre o Município e a empresa “Oceântia, Lda.” para a “Aquisição de dois autocarros elétricos”, em anexo à Proposta n.º 1-A/VP/2025.

Plano de Segurança e Saúde da Empreitada “Requalificação da Praça Dr. Manuel Fialho Recto, em São Pedro do Corval”

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 2-A/VP/2025, firmada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, em 7 de novembro de 2025, atinente ao Plano de Segurança e Saúde da Empreitada “Requalificação da Praça Dr. Manuel Fialho Recto, em São Pedro do Corval”.

Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra, conforme estabelecido no nº1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro; e,
- b) Notificar a entidade executante, “Mota-Engil Ativ – Gestão e Manutenção de Ativos, S.A.” da aprovação do Plano de Segurança e Saúde, de acordo com o n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.

Reconhecimento e atribuição da dominialidade ao caminho rural denominado “Caminho do Paço”, situado na Freguesia de Corval

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 3-A/VP/2025, firmada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, em 7 de novembro de 2025, atinente ao reconhecimento e atribuição da dominialidade ao caminho rural denominado “Caminho do Paço”, situado na Freguesia de Corval.

Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar o reconhecimento e atribuição da dominialidade pública ao “Caminho do Paço”, situado na Freguesia de Corval, com início na EN256 e fim no percurso de dominialidade pública que integra a

Biografia da Paisagem denominado Escritas nos Reguengos/ Estrada dos Mendes, numa extensão de 5053 metros; e,

b) Submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a afetação dos referidos caminhos rurais ao uso público.

Emissão de parecer para atribuição do Estatuto de Utilidade Pública da Fundação Convento da Orada – Fundação para a Salvaguarda e Reabilitação do Património Arquitetónico

Foi presente o conteúdo integral da Proposta n.º 1-A/VAF/2025, firmada pelo Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho, em 6 de novembro de 2025, atinente à emissão de parecer para atribuição do Estatuto de Utilidade Pública da Fundação Convento da Orada – Fundação para a Salvaguarda e Reabilitação do Património Arquitetónico.

Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à atribuição do Estatuto de Utilidade Pública, à Fundação Convento da Orada – Fundação para a Salvaguarda e Reabilitação do Património Arquitetónico, pessoa coletiva de direito privado de natureza fundacional sem fins lucrativos, com o NIPC 502 146 354, com sede em Monsaraz, nos termos e para os efeitos na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho (Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública).

Administração Urbanística

Licenciamento de obras de edificação (legalização) - Aprovação do projeto de Arquitetura e Especialidades - Processo Administrativo n.º 01/2025/70/0

Foi presente o processo administrativo n.º 01/2025/70/0.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar o projeto de arquitetura;
- b) Aceitar os projetos de especialidades e efetivo licenciamento do processo administrativo;
- c) Notificar o requerente do teor da presente deliberação, para efeito de pagamento de taxas; e,
- d) Reencaminhar o presente processo para os Serviços de Fiscalização Municipal, uma vez que a construção foi executada sem que o requerente tenha antecipadamente procedido aos atos administrativos de controlo prévio.

Licenciamento para obras de ampliação - Aprovação do projeto de Especialidades - Processo Administrativo n.º 01/2025/19/0

Foi presente o processo administrativo n.º 01/2025/19/0.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aceitar os projetos de especialidades e efetivo licenciamento do processo administrativo; e,
- b) Notificar a requerente do teor da presente deliberação e informar que deverá requerer a emissão do alvará de licença de obras de construção, nos prazos previstos no RJUE.

Licenciamento de obras de edificação (legalização) - Aprovação do projeto de Arquitetura e Especialidades - Processo Administrativo n.º 01/2025/69/0

Foi presente o processo administrativo n.º 01/2025/69/0.

O Executivo Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor dos eleitos do PSD, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates e Francisco José Cardoso Grilo e 2 votos de abstenção dos eleitos do PS, Jorge Miguel Martins Berjano Nunes e Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena:

- a) Aprovar o projeto de arquitetura;
- b) Aceitar os projetos de especialidades e efetivo licenciamento do processo administrativo; e,
- c) Notificar a requerente do teor da presente deliberação, para efeito de pagamento de taxas.

Licenciamento de obras de edificação (legalização) - Aprovação do projeto de Arquitetura e Especialidades - Processo Administrativo n.º 01/2025/74/0

Foi presente o processo administrativo n.º 01/2025/74/0.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar o projeto de arquitetura;
- b) Aceitar os projetos de especialidades e efetivo licenciamento do processo administrativo;
- c) Notificar o requerente do teor da presente deliberação, para efeito de pagamento de taxas; e,
- d) Reencaminhar o presente processo para os Serviços de Fiscalização Municipal, uma vez que a construção foi executada sem que o requerente tenha antecipadamente procedido aos atos administrativos de controlo prévio.

Licenciamento para obras de ampliação - Aprovação do projeto de Especialidades - Processo Administrativo n.º 01/2024/125/0

Foi presente o processo administrativo n.º 01/2024/125/0.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aceitar os projetos de especialidades e efetivo licenciamento do processo administrativo; e,
- b) Notificar o requerente do teor da presente deliberação, para efeito de pagamento de taxas.

Licenciamento para obras de edificação - Aprovação do projeto de Especialidades - Processo Administrativo n.º 01/2025/17/0

Foi presente o processo administrativo n.º 01/2025/17/0.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aceitar os projetos de especialidades e efetivo licenciamento do processo administrativo; e,
- b) Notificar a requerente do teor da presente deliberação, para efeito de pagamento de taxas, devendo ficar salvaguardado que após efetuado o pagamento das taxas, cujo recibo titula a operação urbanística, a requerente solicita à Câmara Municipal a viabilidade de ligação dos sistemas de água e de saneamento, podendo a requerente optar, mediante autorização das entidades gestoras, pela realização das obras indispensáveis à sua concretização, nas condições regulamentares e técnicas definidas por aquelas entidades, ao abrigo do artigo 82.º do RJUE.

Pedido de Informação Prévia para obras de edificação (Alteração e Ampliação) - Processo Administrativo n.º 03/2025/8/0

Foi presente o processo administrativo n.º 03/2025/8/0.

O Executivo Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor dos eleitos do PSD, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates e Francisco José Cardoso Grilo e 2 votos de abstenção dos eleitos do PS, Jorge Miguel Martins Berjano Nunes e Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena:

- a) Aprovar o pedido de informação prévia solicitado ao abrigo do n.º 2 do artigo 14.º, relativamente à viabilidade de obras de edificação (alteração e ampliação) com utilização para habitação e comércio, sendo que as operações urbanísticas devem ser iniciadas no prazo de dois anos após a decisão favorável do pedido de informação prévia e são sempre acompanhadas de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que respeita o conteúdo, os termos e as condições da informação prévia favorável; e,
- b) Notificar a titular do processo do teor da presente deliberação e que deverá notificar a Câmara Municipal até cinco dias antes do início das obras.

Pedido de Informação Prévia para obras de edificação - Processo Administrativo n.º 03/2025/18/0

Foi presente o processo administrativo n.º 03/2025/18/0.

O Executivo Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor dos eleitos do PSD, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates e Francisco José Cardoso Grilo e 2 votos de abstenção dos eleitos do PS, Jorge Miguel Martins Berjano Nunes e Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena:

- a) Aprovar o pedido de informação prévia, sendo que as operações urbanísticas devem ser iniciadas no prazo de dois anos após a decisão favorável do pedido de informação prévia e são sempre acompanhadas de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que respeita o conteúdo, os termos e as condições da informação prévia favorável; e,
- b) Notificar o titular do processo do teor da presente deliberação.

Pedido de Informação Prévia para obras de edificação - Processo Administrativo n.º 02/2025/2/0

Foi presente o processo administrativo n.º 02/2025/2/0.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar o projeto de decisão de aprovação da alteração ao projeto de operação de loteamento urbano; e,
- b) Proceder à notificação para pronúncia, no prazo de 10 dias, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do RJUE.

Licenciamento para obras de reconstrução e ampliação - Aprovação do projeto de Arquitetura (alteração ao projeto aprovado) - Processo Administrativo n.º 01/2024/59/0

Foi presente o processo administrativo n.º 01/2024/59/0.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar o projeto de arquitetura;
- b) Notificar a requerente do teor da presente deliberação e informar que deverá apresentar os projetos das especialidades, nos prazos previstos no RJUE.

Declaração de caducidade do Processo Administrativo n.º 01/2023/2/0

Foi presente o processo administrativo n.º 01/2023/2/0.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, não tendo votado a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, pedindo escusa, nos termos do artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo:

- a) A declaração de caducidade do processo administrativo n.º 01/2023/2/0, verificando-se que na ação de fiscalização realizada ao prédio urbano sito na Rua do Azevel, n.º 6, em Reguengos de Monsaraz, propriedade de Construções Monsaraz II, Promoção Imobiliária, Lda. o Serviço de Fiscalização verificou que as obras a executar no referido prédio com o Processo n.º 2/2023 – Licenciamento de 19/6/2023 a 202/12/2023, com a 1.ª prorrogação terminada a 1/4/2024 e a 2.ª prorrogação terminada a 27/9/2024, não foram iniciadas no prazo de 12 meses a contar do pagamento das taxas da comunicação prévia. Relativamente à audiência de interessados, a requerente não exerceu o seu voto, desta forma, encontram-se verificados os pressupostos legais previstos no n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação; e,
- b) Notificar a requerente do teor da presente deliberação.

Licenciamento para obras de alterações no decorrer de obra - Aprovação do projeto de Arquitetura e Especialidades - Processo Administrativo n.º 01/2022/89/0

Foi presente o processo administrativo n.º 01/2022/89/0.

O Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:

- a) Aprovar o projeto de alterações de arquitetura e especialidades e efetivo licenciamento;
- b) Aprovar o projeto de contenção periférica, de acordo com as condicionantes presentes no respetivo parecer;
- c) A caducidade do embargo ao abrigo do n.º 1 do artigo 104.º do RJUE; e,
- d) Notificar a requerente do teor da presente deliberação, e informar que deverá requerer o averbamento das alterações no alvará de licença para obras de construção, nos prazos previstos no RJUE.

Declaração de não caducidade do Processo Administrativo n.º 01/2022/4/0

Foi presente o processo administrativo n.º 01/2022/4/0.

- a) A declaração de não caducidade do processo administrativo n.º 01/2022/4/0, de acordo com a análise dos elementos apresentados, verificando-se que o requerente não requereu a emissão de obras no prazo de um ano. Assim, encontram-se verificados os pressupostos legais previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, para que seja declarada a caducidade do respetivo processo administrativo. Relativamente à audiência de interessados, o requerente exerceu o seu direito, invocando como causa do não levantamento do alvará nos prazos legais por ter adquirido o respetivo imóvel com o projeto devidamente aprovado, pretendendo executar a obra em conformidade com o projeto e iniciar os trabalhos o mais rápido possível. Desta forma, deverão ser mantidos os efeitos da licença, não declarando a caducidade do processo, atendendo às razões invocadas pelo requerente; e,
- b) Notificar o requerente do teor da presente deliberação.

Edital n.º 5-A/CM/2025:

Publicitação das deliberações da Câmara Municipal tomadas na Reunião Ordinária do dia 12 de novembro de 2025



Para constar e produzir efeitos legais se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos de costume da área do Município.

Reguengos de Monsaraz, 13 de novembro de 2025

A Presidente da Câmara Municipal,

Marta Sofia da Silva Chilrito Prates

MM